

INCLUSÃO ESCOLAR E QUALIDADE DE VIDA

2019

Adriano Simioni Alvim

Psicólogo pela Unifaminas – Muriaé – 2010
Pedagogo pela Universidade do Estado de Minas Gerais – 1996
Especialista em Psicologia Hospitalar pelo Conselho Federal de Psicologia – 2018
Especialista em Psicologia Clínica – 2012
Especialista em Educação Ambiental – 2003
Docente da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG (Brasil)
simionisimioni@hotmail.com

Monique Pimenta Novaes

Enfermeira pelo Centro Universitário Redentor – Uniredentor – 2017 (Brasil)
moniquenovaesp@hotmail.com

RESUMO

O Projeto de Inclusão é um dos grandes temas discutidos na atualidade, pois a partir de sua implementação grandes mudanças ocorreram no imaginário da sociedade, principalmente nas instituições de ensino. Diante disso o presente trabalho tem por objetivo avaliar o projeto de inclusão, trazendo como questionamento a qualidade de vida. Para tal fim, considerou-se importante realizar uma revisão bibliográfica. Em um primeiro momento, buscou-se abordar o ambiente escolar, sua construção histórica e sua importância no desenvolvimento do indivíduo, enquanto uma instituição social capaz de formar cidadãos conscientes e dirimir as desigualdades. No segundo momento, o intuito foi analisar o projeto de inclusão, abordando seu desenvolvimento histórico, avaliando as conquistas e desafios desse projeto. Nesse contexto avaliou-se a qualidade de vida como parte essencial no desenvolvimento do indivíduo e como este conceito deve estar presente no âmbito escolar, assim como no projeto de inclusão.

Palavras-chave: Educação, inclusão escolar, qualidade de vida.

Copyright © 2019.

This work is licensed under the Creative Commons Attribution International License 4.0.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>



INTRODUÇÃO

Início do século XXI, o ser humano canaliza toda energia a fim de transformar sua natureza, objetivando mudar o mundo, sua relação com o mesmo e com os seus pares. Acaba por não habitar lugar algum, vive a reduzir distâncias, encolher o espaço e o tempo, tornando o real uma teia abstrata onde ampara desejos, sonhos, angústias e decepções. Tudo isso ocorre numa velocidade imensurável criando um buraco negro onde se canalizaram as relações interpessoais.

Um novo momento é vivenciado, o mundo se transforma e com ele as pessoas. Novos conceitos surgem na atualidade, industrialização, globalização, qualidade de vida, inclusão. Uma nova consciência em relação à sociedade é criada, novas visões sobre o diferente são construídas, os significados sobre educação, indivíduo, igualdade são reelaborados. E nessa lógica de mudanças, as escolas modificam toda a sua estrutura pedagógica de ensino-aprendizagem, para se adaptar aos novos moldes sociais.

A escola passa a se preocupar com o processo de globalização, industrialização. Vive em busca de oferecer o melhor ensino, a melhor nota nas avaliações pedagógicas, e ficam relegadas em segundo plano, as relações que se perdem, os vínculos que se transformam em contatos distantes, os professores e os alunos não mais se veem como pessoas, mas sim como profissionais, tendo cada um seus deveres e direitos.

Segundo Coll e Miras (2004), o sujeito ao entrar na escola se depara com um novo mundo, que na maioria das vezes o assusta por ser tão diferente. A escola, ao lidar com esse novo sujeito em muitos momentos se esquece de sua história de vida, seus valores, suas estratégias de sobrevivência, enxergando-o apenas como um aluno, levando este a perder seus vínculos.

Nesse caminhar, onde o outro se torna apenas mais um, onde as singularidades muitas vezes não são respeitadas, o diferente passa a ser algo assustador. Por isso, as escolas ao se depararem com o projeto de inclusão, se sentem ameaçadas, incapacitadas por não estarem acostumadas a agir de maneira diferenciada, mas apenas seguindo um projeto pedagógico que propõem uma homogeneidade nas salas de aula.



O projeto de inclusão surge como uma maneira de transformar essa visão de homogeneidade criada pelas escolas que veem transformar os olhares sobre o diferente, buscando modificar todo o contexto escolar. Seu principal objetivo é promover a participação social concreta das pessoas com necessidades especiais, fornecendo condições para que essa consiga exercer seus direitos.

Contudo, ao mesmo tempo em que surgem mudanças positivas, constantemente pode surgir mudanças negativas, pois a inclusão nem sempre é aceita por toda a sociedade que ainda encara o diferente como algo amedrontador, não permitindo que esses sujeitos alcancem a qualidade de vida.

É diante desse processo de inclusão escolar, que é possível perceber a importância da escola enquanto instituição social, que tem como função formar cidadãos conscientes, exterminar desigualdades, atuar como verdadeiro veículo de inclusão e ascensão social.

E é nessa ambiência que se insere o Projeto de Inclusão Escolar, incentivando os alunos a perceberem as diferenças e aceita-las como algo mais natural possível. A escola com essa nova missão regida por leis, se torna então disposta a oferecer a educação inclusiva, contudo, não se torna plenamente preparada para tal projeto, o que dificulta alcançar o objetivo proposto, não sendo capaz de facilitar o processo de qualidade de vida do sujeito.

Portanto, se faz necessário avaliar até que ponto o projeto de Inclusão Escolar está sendo um método viável para a educação dos indivíduos portadores de necessidades especiais. É importante analisar como professores, alunos, se veem diante da inclusão, e até que ponto pode-se compreender o processo de inclusão como um processo capaz de levar a qualidade de vida desses sujeitos “incluídos” no âmbito do ensino regular.

DESENVOLVIMENTO

A construção histórica do ambiente escolar

A escola surgiu junto com as antigas civilizações da Mesopotâmia e do Egito, sendo um espaço restrito a elite. Na Grécia Antiga, a escola correspondia a um lugar de aprendizado e/ou recreação, tendo origem na palavra grega ‘*Schole*’, que significa tempo livre, ócio. De acordo com Ghiraldelli Jr (2008), em um primeiro momento era vista como um lugar que garantisse à infância das crianças, sendo o professor considerado um guardião da infância e da juventude.

Para Ghiraldelli Jr (2008), no Brasil, a educação brasileira teve início com o fim das capitânicas hereditárias (1532-1549), e com o início do Governo Geral, quando chegam ao país o

padre Manoel de Nóbrega e mais seis jesuítas, que se tornam os primeiros professores. Em 1554, é fundado o Colégio São Paulo, pelo padre Manoel de Nóbrega e José de Anchieta, nesse período os colégios eram centros de formação sacerdotal, o objetivo era ensinar a religião católica.

Em 1808, com a vinda da Coroa Portuguesa para o Brasil, o ensino sofre algumas modificações, e a partir da Constituição de 1824, a educação começa a ser valorizada, as escolas passam a ser obrigatórias no império. Nesse período o método de ensino utilizado era o lancasteriano, onde o ensino acontecia por ajuda mútua, os alunos mais adiantados ajudavam os que estavam com dificuldades, como se fossem tutores (Idem, 2008).

De acordo com Romanelli (2007), com o início da República surgiram alguns movimentos educacionais que marcaram o período: movimento de entusiasmo pela educação - solicitava a abertura das escolas - e o movimento de otimismo pedagógico - se preocupava com os métodos e conteúdos de ensino. Nesse período o Governo Federal criava medidas no campo educacional, com o objetivo de substituir o currículo acadêmico humanístico para um de caráter enciclopédico. Cria o *Pedagogium*, centro de aperfeiçoamento do magistério. Benjamin Constant, nesse período, declara o ensino livre, leigo e gratuito, dividindo as escolas primárias em primeiro grau (crianças de 7 a 13 anos) e o segundo grau (crianças de 13 a 15 anos).

Para Ghiraldelli Jr (2008), com o fim da República, tem-se início o governo de Getúlio Vargas, tal período foi marcado pela Reforma de Francisco Campos que cria o Conselho Nacional de Educação; regulamenta e organiza o ensino superior do Brasil através do decreto 19851 de 11/04/1931; organiza através do Decreto 19890 de 01/04/1931 o ensino secundário; e organiza o ensino comercial.

Em 1932, surge o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, que tinha como objetivo renovar a educação, com a proposta de transformar o quadro de marginalização existente nas escolas e os programas de ensino. Nesse manifesto foram estabelecidos dois tipos de escolas: a escola tradicional, voltada para a satisfação dos interesses de classe, e a escola socializada, que reconhecia que todo o indivíduo teria o direito a educação (Idem, 2008).

Em 1959, eclode o Manifesto dos Educadores Mais Uma Vez Convocados, defendiam duas redes de ensino: pública e particular, propondo que as verbas públicas fossem direcionadas apenas para a rede pública, e que as escolas particulares fossem submetidas a fiscalização oficial. Diante disso, surge a Campanha de Defesa da Escola Pública, sua principal preocupação era a prática pedagógica e a instituição de uma escola democrática (Ibidem, 2008).

Em 1961, foram aprovada as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que garantia a igualdade de tratamento para os estabelecimentos oficiais e particulares (BRASIL, 2004).

De acordo com Romanelli (2007), foi durante a Ditadura Militar a aprovação do projeto da nova LDBN, através da lei 5692/71, que tinha por objetivo proporcionar ao educando uma formação capaz de leva-lo ao desenvolvimento de suas potencialidades, qualificando-o para o trabalho e preparando-o para o exercício da cidadania.

Para Oliveira (1993), a pós ditadura militar, em 1985, vivencia-se o período democrático. Lança-se em 1988 uma nova Constituição, trazendo em seus artigos a educação como um direito social, sendo direito de todos e dever do Estado, da família e da sociedade assegurar esse direito ao adolescente e à criança, com o objetivo de levar o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Com base na Constituição de 1988 surge a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional através da Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, neste documento são especificados os princípios, direitos, deveres, organização, recursos, modalidades de ensino (BRASIL, 2004).

Portanto, a educação vem se transformando no decorrer dos períodos, a cada momento um novo olhar sobre o ensino, sobre a escola, sempre com o intuito de adequar aos novos modelos sociais.

Contudo, para melhor compreendermos o ambiente escolar, se faz necessário abarcamos sobre os vieses envolvidos nesse conceito. É preciso salientar que o ambiente escolar é um espaço da vibrante interação entre aluno, professor, família, comunidade, espaço de troca de experiências, e de suma importância para o desenvolvimento do indivíduo. É uma instituição de âmbito social, com a função de formar cidadãos conscientes, exterminar desigualdades, atuar como um verdadeiro veículo de inclusão e ascensão social.

A escola, enquanto espaço físico tem impacto direto e simbólico sobre seus ocupantes, esse ambiente possibilita a decodificação e aprendizagem de normas sociais. De acordo com Elali (2003), a disposição dos móveis na sala de aula e as condições ambientais da classe (acústica, temperatura, insolação, ventilação, luminosidade) podem influenciar os ocupantes do espaço. Nesse sentido, o ambiente físico também é parte essencial do aprendizado dos alunos, e deve ser transformado em um lugar prazeroso.

A escola além do espaço físico é um local de troca de experiências, de desenvolvimento biopsicossocial, de construção de conhecimento, de culturas, da história de vida de cada sujeito. É caracterizado pela multiplicidade de experiências, realidades, objetivos, relações sociais, estruturas de poder, tradições históricas, vivências culturais. É um ambiente distinto, capaz de abranger as mais variadas manifestações de ordem afetiva, social e cognitiva dos sujeitos.

Destarte, a escola possibilita o desenvolvimento das habilidades intelectuais, motoras e sócio afetivas, desenvolvendo no aluno sua autonomia intelectual e moral, sua capacidade de cooperação, respeito e solidariedade.

O contexto escolar deve ter como objetivo criar valores, formar cidadãos críticos e participativos do contexto social, promovendo atitudes que favoreçam a interação social, a troca de experiências e autonomia perante o grupo. Deve ser um ambiente onde o indivíduo se sinta integrado, estimulado a participar ativamente da construção social, se sentindo protagonista de sua aprendizagem.

Deve ser vista como um ambiente que garanta condições para que todos os alunos possam desenvolver suas capacidades, aprendendo os conteúdos necessários para viver em sociedade, assim como promover o exercício da cidadania a partir da compreensão da realidade, contribuindo na transformação do aluno em cidadão. Sendo de suma importância na formação da personalidade do sujeito, assim como na construção dos seus vínculos afetivos, facilitando a integração do indivíduo no processo de inclusão.

O projeto de inclusão escolar

O projeto de educação inclusiva surge como uma nova forma de saciar os anseios da população, que em meio aos novos conceitos sobre igualdade se vê despreparada para encarar o diferente.

Essa inclusão encontra-se articulada a diversos movimentos sociais, debates e conferências, que buscam a igualdade, não como uma forma de considerar todos iguais, mas sim, como uma maneira de tratar cada um com suas peculiaridades.

De acordo com Ferreira e Guimarães (2003), o processo de inclusão marca o ideário principalmente dos países de Primeiro Mundo com o chamado Movimento pela Inclusão Total. Essa ideia surgiu na década de 1960, buscando inserir pessoas com deficiências nos sistemas sociais, baseada no “modelo médico de deficiência”, segundo o qual é preciso modificar a pessoa com deficiência (congenitas ou adquiridas), a fim de torná-la apta a satisfazer os padrões sociais. Neste período, o portador de necessidades especiais ainda era visto como um indivíduo que deveria ser mudado para saciar os desejos da sociedade, e se encaixar nos padrões ditos normais.

Contudo, os “incluídos”, na verdade eram apenas “jogados” em meio a uma turma de ensino regular, e deveriam se adaptar com os métodos utilizados em sala de aula, era uma forma de levá-los a viver de acordo com a padronização social.

Já Gofredo (2009), afirma que foi somente em 1994, a partir da Conferência Mundial Sobre Necessidades Educativas Especiais em Salamanca, na Espanha, e a aprovação da Declaração de Salamanca, que crianças e jovens com deficiência ganham um novo espaço no cenário social e escolar. Nessa declaração têm-se como princípios básicos: o reconhecimento das diferenças, a importância de uma escola que atenda a todos os indivíduos, a importância em preparar o professor para que possa promover a aprendizagem, e principalmente, a preocupação em atender às necessidades de cada um.

A Declaração de Salamanca pode ser considerada um divisor de águas no processo de inclusão, pois a partir de sua publicação, surgem leis, documentos que resguardam os deficientes, todas voltadas para uma inclusão social.

Para Figueiredo (2002), pensar na inclusão é ir além, é pensar em uma escola que atenda a todos, se trata de transformar a realidade educacional em função do desenvolvimento do ser humano, e não simplesmente adequá-la. É pensar em uma escola que não tenha como base a igualdade, pois esta é geradora da homogeneização, mas sim, um ambiente que proporcione um espaço para manifestações do único, do especial e do singular.

É neste processo que surge o grande desafio das escolas o de modificar toda a sua estrutura pedagógica de ensino e de aprendizagem, em busca de métodos inovadores que satisfaçam a nova clientela a ser atendida. Esse atendimento de alunos com necessidades especiais no ensino regular traz modificações não apenas na sua estrutura pedagógica, mas também na estrutura física da escola, que deve ser adaptada para atendê-los.

De acordo com Ferreira e Guimarães (2003), a maior meta desse projeto é não deixar ninguém de fora do sistema escolar, a inserção de todos favorece o âmbito escolar por completo, colaborando na formação dos sujeitos, que através do contato beneficiam-se com experiências, podendo os portadores de necessidades especiais nesse contexto apresentar um melhor desempenho no âmbito educacional, social e ocupacional.

Ainda Gofredo (2009), é através do movimento de inclusão, busca-se ainda estabelecer relações pessoais e sociais de solidariedade, preservando a dignidade humana e a identidade de cada sujeito, levando a sociedade a cumprir seu exercício de cidadania, não permitindo a discriminação, o preconceito, sendo cada indivíduo respeitado em sua singularidade, buscando o princípio da equidade, reconhecendo a necessidade de haver condições diferenciadas para o processo educacional de cada um.

Entretanto, é importante salientar que os docentes na maioria das vezes não estão preparados para lidar com tal situação, não possuem capacitação necessária para receber estes alunos em sala

de aula e acabando vendo o aluno “incluso” como o “coitadinho”, incapaz, e que merece tratamento especial, diferenciando-o em sala de aula, favorecendo ainda mais o processo de exclusão.

Nesse sentido, ao se pensar na inclusão dos deficientes é importante destacar até que ponto esses sujeitos estão sendo realmente incluídos, ou será que estão vivendo mais uma forma de exclusão. É importante salientar se de fato estão alcançando uma qualidade de vida, ou não.

Qualidade de vida e o projeto de inclusão escolar

O projeto de Inclusão Escolar tem como base a formação docente especializada e a organização das escolas para o atendimento aos deficientes com a implementação de projetos que visem alcançar uma educação de qualidade para todos, sendo vista como uma inovação, caracterizada pela não discriminação das deficiências, da cultura e do gênero.

Segundo Sánchez (2005), é por meio dos pilares fixados pela Comissão da Unesco, que a educação de um modo geral deve levar o sujeito: aprender a conhecer, fazendo com que a pessoa compreenda o mundo em que vive; aprender a fazer, ou seja, como este sujeito pode interferir no meio em que vive; aprender a viver juntos, o que favorece a ideia de inclusão, pois tem o intuito de levar o indivíduo a respeitar as diferenças, as diversas culturas e pensamentos; e aprender a ser, que significa levar o sujeito a criar suas próprias ideias, ter seu jeito de ver e agir no mundo.

O projeto de educação inclusiva vem fomentar a ideia de que a inclusão leva o indivíduo com deficiência, a obter os mesmos direitos que os outros, sendo visto como sujeito bem vindo ao âmbito educacional regular. Diante dessa ideia acredita-se que ao inseri-lo no ensino regular, esse sujeito alcance a qualidade de vida a partir do momento que está em contato com os demais, sendo uma forma de fazê-lo sentir-se “normal”, e também da sociedade encará-lo como tal. O sujeito recebe os mesmos tratamentos, o mesmo tipo de ensino, tem a oportunidade de estar inserido em um sistema regular de ensino, acredita-se que isso também perfaz a qualidade de vida.

Porém, como afirmar que o portador de deficiência alcance ou não qualidade de vida, inserido no ensino regular?

Antes de quaisquer conclusões de como esse indivíduo se sente, primeiramente é importante conceituar o que seria qualidade de vida, e como pode ser alcançada.

Segundo Seidl e Zannon (2004), o conceito de qualidade de vida pode ser utilizado em duas vertentes: na linguagem cotidiana e no contexto de pesquisa científica, sendo cada vez mais crescente o interesse por esse construto, que pode ser identificado como qualidade na saúde, na educação, no trabalho, em todos os aspectos que levam o indivíduo a ter algum grau de satisfação.

Desde meados da década de 70, Campbell tentou explicar a conceituação de qualidade de vida, mas em 1974 foi gerada sua definição mais clássica, considerada a extensão em que prazer e satisfação tem sido alcançados. Na década de 90, são destacados dois aspectos relevantes do conceito: subjetividade, ou seja, a percepção da pessoa sobre o seu estado de saúde e sobre seu contexto de vida; e a multidimensionalidade, que refere-se a ideia de que a qualidade de vida é formada por diversos fatores (Idem, 2004).

A definição de qualidade de vida engloba desde o estado de saúde, assim como uma variedade de domínios: meio ambiente; recursos econômicos; vida social; tempo para trabalho e lazer. A Organização Mundial de Saúde define qualidade de vida como “a percepção do indivíduo sobre a sua posição na vida, no contexto da cultura e dos sistemas de valores nos quais ele vive, e em relação a seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações” (FERRO, 2012).

Para se obter uma melhor avaliação sobre qualidade de vida, diversos testes são utilizados como uma forma de criar um construto confiável para avaliação, normalmente os instrumentos usados são questionários, podendo ser administrados mediante entrevista ou auto aplicados.

Portanto, qualidade de vida é um conceito abrangente, sendo representado pelos mais variados fatores: físicos, psicológicos, sociais, ambientais, sendo estes diferentes para cada sujeito, avaliados na visão do próprio indivíduo, pois é algo subjetivo.

Assim, ao se pensar em qualidade de vida para os indivíduos com deficiência inclusos no ensino regular, é preciso conhecer estes indivíduos e saber quais experiências consideram mais importantes para alcançar a qualidade de vida. Além disso, é preciso pensar em qualidade para todos, pois, nem sempre o que é considerado como condição favorável para o aluno, é também para os pais, professores, ou para os demais colegas de sala.

Acredita-se que ao se buscar a democratização do ambiente escolar, o contato com as diferenças, o exercício da cidadania, o direito a igualdade entre os desiguais, a participação e cooperação de todos, professores, alunos e demais componentes do contexto educacional, todos alcançariam níveis saudáveis de vida, logo, alcançariam a qualidade de vida.

Entretanto, é importante salientar que na maioria das vezes o lidar com a diferença pode representar uma condição desfavorável para o indivíduo e não um sinônimo de aprendizado e de qualidade.

Os indivíduos com deficiência quando chegam nesse novo mundo se deparam com pessoas diferentes, com formas variadas de ver o mundo, e se percebem em um processo onde também possuem direito à participação, se veem como parte do processo, não mais apenas como telespectadores, mas como agentes ativos da história. Os ditos “normais” diante desse contato veem novas possibilidades, conhecem um mundo até então amedrontador, e vivem experiências que

possibilitam seu maior crescimento como sujeito e cidadão. São mundos diferentes que se encontram em busca de um mesmo ideal.

De acordo com Rodrigues (2006), Portanto, a junção desses dois mundos, “normal X anormal”, “do diferente e do comum”, visa antes de qualquer coisa rejeitar o princípio de exclusão de qualquer aluno da comunidade escolar. Para alcançar tal objetivo, a política de educação inclusiva visa estabelecer culturas e práticas que valorizam o atributo de cada educando, para dessa maneira alcançar o que se considera qualidade na educação e qualidade de vida.

De acordo com Sánchez (2005), a educação inclusiva, visa então, traçar um modelo curricular capaz de reformar as escolas e suas práticas educativas, assim como trabalhar na formação do profissional, proporcionando uma educação de qualidade para todos.

A educação inclusiva não se insere apenas no terreno educativo, ela visa uma inclusão social do sujeito, buscando a participação deste até então excluído do mercado de trabalho e dos demais contextos sociais. Pois não basta apenas que estes estejam integrados em um ensino regular, eles devem participar de forma ativa da vida escolar e social da comunidade.

É neste ponto que surgem questionamentos: até que ponto esse aluno está sendo inserido na sociedade? E como todo o contexto escolar, inclusive o aluno com deficiência, está se percebendo nesse meio? E será que a qualidade de vida tão esperada realmente está sendo alcançada?

Diante desses questionamentos, é importante pensar em todo o contexto educacional, como este encara o novo, o desconhecido, o diferente.

O indivíduo com deficiência ao ser incluso no ensino regular, por maiores que sejam seus medos, ansiosos, de ser considerado o “coitadinho”, se sente ao mesmo tempo valorizado, pois passa a acreditar em seu próprio potencial. Porém, muitas das vezes, se percebe como um entrave na sala, e principalmente, um problema para o professor que na maioria das vezes não sabe lidar com suas necessidades. Diante desse aspecto, não consegue desenvolver nas disciplinas, o que o deixa desmotivado, não permitindo que o objetivo maior da inclusão seja alcançado, o de diminuir as diferenças. Sendo assim, o que poderia colaborar como uma forma de obter qualidade de vida se torna um obstáculo.

O aluno dito normal, apesar de todo o preconceito inserido em sua mente através da cultura, da sociedade, do capitalismo que visa o produtivo, encara esse sujeito como uma nova experiência, tornando-se o cuidador desse indivíduo, considerando-o como mais um colega de sala. Porém, diante de algumas limitações desses alunos, se vê despreparado e com medo, se sente incapaz por não saber como ajudar seu amigo de sala, esse processo acaba por deixá-lo angustiado, logo, longe de estar perto de obter qualidade de vida.

O corpo docente da escola também não se vê distante desse sofrimento, pois, diante desse novo desafio, o de lidar com o diferente, se vê despreparado, percebendo esse desconhecido como caótico e aterrorizante.

O docente diante de seu despreparo se sente desmotivado, e o elemento essencial para o sucesso de qualquer trabalho é a motivação, pois através dela o sujeito trabalha longas horas, busca novos recursos, tendo prazer em lidar com o novo. Ao se sentir desmotivado, o professor não consegue alcançar seu objetivo como educador, e com isso é impedido de contribuir para a diminuição da segregação e da exclusão dos diferentes, pois como conscientizar sobre igualdade, equidade, se o próprio profissional não é capaz de lidar com as diferenças.

O profissional se torna então alienado diante do projeto de inclusão, pois não é incentivado a conhecer, a tomar consciência da realidade vigente. O indivíduo simplesmente aceita a situação, atribui como natural o fato da inserção do aluno especial em sala, não percebendo suas limitações em alguns momentos, e não se percebendo como reprodutor de conhecimento, como um profissional que deve em determinados momentos ter uma postura diferenciada diante desse sujeito, não o inferiorizando, mas fazendo-o se sentir capaz.

De acordo com Mantoan (2005), diversas são as razões que impedem o bom funcionamento do projeto de educação inclusiva e o alcance de qualidade de vida, sendo os mais citados: escolas que não possuem acesso físico aos alunos com deficiência motora; as salas de aula, que deveriam possuir 25 alunos, mas na verdade possuem 40 alunos; falta de recursos especializados para o atendimento de alunos com deficiência visual; falta de especialistas que dominem a Língua Brasileira de Sinais; resistência de professores em lidar com a deficiência por se dizerem despreparados; resistência muitas das vezes das organizações em modificar suas estruturas físicas e pedagógicas, pois estão acostumados com o rotineiro, e mudanças trazem grandes obstáculos a serem transpassados.

Contudo, de acordo com as leis que regem a educação inclusiva, todo o âmbito educacional deve ser modificado para lidar com tal situação, os profissionais devem participar de cursos, palestras, debates sobre o tema, o espaço físico deve ser reestruturado para atender a todos. Porém, por mais que o governo disponibilize recursos para atender ao projeto, a própria escola por comodismo, não os requer, não viabiliza professores e muito menos valoriza o profissional capacitado.

Diante de todos esses aspectos, percebe-se a existência de um ciclo, onde professores, alunos, pais, sociedade e a escola fazem parte, e é somente através da aceitação, da motivação, da vontade de mudança, do desejo de conhecer o diferente, de todos os componentes desse circuito, que se pode realmente implementar o projeto de educação inclusiva de forma satisfatória, alcançando qualidade de ensino e de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início do século XXI, o ser humano vive em busca de novos olhares, com o intuito de modificar o mundo, e sua relação com o mesmo, o que acaba por interferir em sua relação com o outro, onde esta se transforma em algo supérfluo.

Nesta sistemática, a escola por si só se justifica, pois desempenha papel importante seja na consolidação desses fatos ou na tomada de decisão para uma efetiva mudança.

A escola é considerada um dos ambientes onde mais se vê a diversidade humana, diversos sujeitos, inúmeras culturas, no qual mundos diferentes se encontram em busca de um mesmo objetivo, porém, é através dessas diferenças, que o ser humano limita suas relações que são criadas normalmente entre os iguais.

Nesse contexto se torna viável o projeto de educação inclusiva, porém, de acordo com análise feita, percebe-se a necessidade de uma mudança no complexo ambiente escolar, tornando-se imprescindível e desejado criar uma escola com base em um ambiente privilegiado onde a constituição do sujeito e de suas relações de convivência possa realizar-se de formas mais justas e igualitárias.

Diante da pesquisa realizada, ficou perceptível que ao buscar a inclusão, deve-se primeiro trabalhar a sociedade, que ainda vive uma visão capitalista de mundo, onde o ideal é o produtivo, o que está dentro do padrão, sendo o restante, o diferente, o anormal. Primeiramente, é preciso buscar uma forma de conscientizar o ser humano, mostrando que na verdade não se pode ser igual em tudo, porém, isso não o torna melhor ou pior que o outro, mas apenas ele mesmo.

Enfim, para um bom funcionamento do projeto de inclusão é fundamental lançar mão de novos olhares, para que dessa forma tanto professores, como alunos possam alcançar a tão desejada qualidade de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei diretrizes e bases da educação nacional**. Sindicato dos trabalhadores em educação pública do Paraná. 2. ed. Paraná, 2004.

COLL, César & MIRAS, Mariano. Diferenças e atenção à diversidade. IN: **Desenvolvimento psicológico e educação**. 2. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2004.

ELALI, Gleice Azmbuja. **O ambiente da escola – o ambiente na escola**: uma discussão sobre a relação escola-natureza em educação infantil. Estudos de Psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2003.

FERREIRA, Maria Elisa Caputo e GUIMARÃES, Marly, **Educação Inclusiva**. Rio de Janeiro: DPEA, 2003.

FERRO, Fernanda Fernandes. **Instrumentos para medir qualidade no trabalho e a ESF**: uma revisão de literatura. Brumadinho: Universidade Federal de Minas Gerais. 2012.

FIGUEIREDO, Rita Vieira de. Políticas de inclusão: escola-gestão da aprendizagem na diversidade: In: **Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

GHIRALDELLI JR, Paulo. **História da educação brasileira**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GOFREDO, Vera Lúcia F. S. de. **Fundamentos da educação especial**. Jacarepaguá, RJ: Faculdades Integradas de Jacarepaguá, 2009.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. **A hora da virada**. Revista de Educação Especial. nº 1. Brasília: Secretaria de Educação Especial, out2006.

OLIVEIRA, Juarez de. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Oliveira Mendes: 1998.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil: (1930/1973)**. 32 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

RODRIGUES, David. Uma reflexão sobre a educação especial e a educação inclusiva no Brasil. In: **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006.

SÁNCHEZ, Pilar Arnaiz. **A educação inclusiva: um meio de construir escola para todos no século XXI**. Revista de Educação Especial. nº1, Brasília: Secretaria de Educação Especial, out 2005.

SEIDL, Elaine Maria Fleury e ZANNON, Célia Maria Lana da Costa. **Qualidade de vida e saúde: aspectos conceituais e metodológicos**. Cadernos de Saúde Pública.vol 20, nº 2, Rio de Janeiro, 2004.